

PORANTIM

Em defesa da causa indígena

Ano XXVII · Nº 289 · Brasília-DF · Outubro-2006
R\$ 3,00

ISSN 0102-0625

Ausência de discussões políticas marcam primeiro turno das eleições 2006

Página 3

Povos Myky e Irantxe, do MT, resgatam seu idioma

Página 5

Aracruz Celulose faz campanha contra indígenas

Página 10

ADEUS A DOM FRANCO

CARINHO E GRATIDÃO AO MISSIONÁRIO E PRESIDENTE DO CIMI

pág. 8 e 9

Dom Franco e sua apaixonada atuação missionária

Na tarde do domingo dia 17 de setembro fomos surpreendidos com a notícia de que Dom Franco havia falecido, vítima de um atropelamento na BR-230, em Balsas, no Maranhão, onde era bispo.

Para nós do Cimi, uma imensa dor e uma perda irreparável. Por mais de uma semana recebemos inúmeras mensagens de apoio, carinho e gratidão pelo trabalho de Dom Franco, o que nos conforta.

No dia 24, no centro de formação Vicente Canhas realizamos uma celebração, onde muitos missionários e funcionários do Cimi estavam presentes. Oramos, choramos, rimos, lembramos de passagens da luta de Dom Franco junto aos povos indígenas, do apoio pessoal, da relação com nossas famílias.

Em meio ao sentimento de tantas palavras e silêncios, Lara Tatiana Bonin e Roberto Liebgott, do Cimi Sul, traduzem um pouco o que queremos expressar.

"Ele era uma pessoa amorosa, com um talento raro de instigar-nos a lutar um pouco mais, a crer mais profundamente, a não nos deixar abater, tornan-

do as dificuldades motivações para seguir com mais coragem".

Na longa convivência, em momentos de luta e em horas comuns, o que ele imprimiu em nós, de mais precioso, foi a sensação de que uma causa não pode ser assumida senão com paixão, que amar o próximo é envolver-se, comprometer os sentimentos, os sentidos, o espírito, o sonho. Aprendemos com ele que não há envolvimento que não torne cativo o coração, que não há compromisso sem atolar os pés, sem os calos de seguir em marcha, sem colocar as mãos numa obra comum. E em sua missão D. Franco soube entregar-se, conviver, sentir, sofrer, sonhar com os mais pobres um novo tempo e plantar sementes de vida em abundância.

Lembrar D. Franco é reencontrar sua delicada presença, seu solidário abraço, seu fraterno apego aos muitos companheiros de caminhada. Honrar sua memória é, portanto, desejar a vida em plenitude e para todos, mas assumindo a construção dessa vida em ações cotidianas, na oferta diária dos dons que nos foram concedidos, fazendo de cada momento um acontecimento importante na construção de um mundo melhor.

Desse homem sereno e forte, guardamos as expressões de carinho em momentos de incerteza, o afetuoso sorriso, o nome de cada companheiro, pronunciado na hora do encontro. D. Franco falava ao coração, instigava a razão, abrandava as reservas ao assumir a luta lado a lado, ombro a ombro.

D. Franco, nosso Bispo, presidente do Cimi e amigo, assumiu a causa indígena como um chamado, celebrou conosco sua inabalável confiança, comungou sonhos de resistência, colocou-se à disposição, ungiu nossa frente, lavou-nos os pés e a alma tantas vezes, nas atitudes generosas, corajosas, surpreendidas. Elevou-nos e nos enviou em missão, para semear palavras e ações de testemunho.

Honrar sua memória é seguir na luta, assumindo o diálogo como metodologia, o respeito como princípio de vida, o sorriso como estratégia de convencimento, a generosidade como meio para endurecer os corações.

Seus ensinamentos ficarão em nós como letra impressa, como voz que não se cala, como amor que se entrega para germinar a vida plena.



Nenhum indígena eleito

As últimas eleições tiveram cinco indígenas candidatos a deputado federal, um a senador e outros 19 a deputado estadual. No entanto, nenhum deles foi eleito.

Em 2002, foram três indígenas concorrendo a vagas para federais e 17 para estaduais.

Mais votos

A novidade é que o número de votos em indígenas aumentou. Juntos, todos os candidatos a deputado federal receberam 17.065 votos. Em 2002, haviam sido 4.282 votos.

Já os votos em deputados estaduais aumentaram de 9.089 em 2002 para 19.152 em 2006.

O candidato a estadual indígena com mais votos foi o amazonense Adir Ticuna, com 5.679. O deputado eleito com menos votos no AM teve 7.569 votos.

Por outro lado...

Em Roraima, foi reeleito o senador Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR), conhecido por suas posições antiindígenas e por ter apresentado projetos de decretos legislativos para sustar a homologação da terra Raposa Serra do Sol. Na Câmara dos Deputados, novamente estará o deputado Jair Bolsonaro (PP-RJ), que em 1993 apresentou projeto que busca tornar sem efeito o decreto que homologou a demarcação administrativa da terra indígena Yanomami.

Troféu moto-serra para governador de SC

O governador de Santa Catarina, Luiz Henrique da Silveira (PMDB), que está no 2º turno disputando a reeleição, ganhou o prêmio Motosserra de Ouro, da Rede de ONGs da Mata Atlântica. O Estado foi o campeão em desmatamento da Mata Atlântica entre 2000 e 2005, segundo a Fundação SOS Mata Atlântica. Nesse período, Santa Catarina acabou com 48 mil hectares de florestas, enquanto outros sete Estados juntos desmataram 46 mil hectares.

MARIOSAN



PORANTIM
 Edição fechada em 06/10/2006
 Publicação do Conselho Indigenista Missionário (Cimi), organismo vinculado à Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB).
 APOIADORES
 UNIÃO EUROPEIA
 Dika Austria HORIZONT 3000

Na língua da nação indígena Sateré-Mawé, **PORANTIM** significa remo, arma, memória.

Dom Gianfranco Masserdotti
 PRESIDENTE

Paulo Maldos
 ASSESSOR POLÍTICO

Marcy Picanco
 EDITORA
 RP 44458/SP

Priscila D. Carvalho
 EDITORA
 RP 4604/02 DF

CONSELHO DE REDAÇÃO

Antônio C. Queiroz
 Benedito Prezia
 Egon Heck
 Nello Ruffaldi
 Paulo Guimarães
 Paulo Maldos
 Paulo Suess

Editoração eletrônica:
 Licurgo S. Botelho
 (61) 3349-5274

Revisão:
 Leda Bosi

Impressão:
 Gráfica Teixeira
 (61) 3336-4040

Administração:
 Dadir de Jesus Costa

Redação e Administração:
 SDS - Ed. Venâncio III, sala 310
 Caixa Postal 03.679
 CEP 70.084-970 - Brasília-DF
 Tel: (61) 2106-1650
 Fax: (61) 2106-1651

E-mail: editor.porantim@cimi.org.br
Cimi Internet: www.cimi.org.br
 Registro nº 4,
 Port. 48.920,
 Cartório do 2º Ofício
 de Registro Civil - Brasília

Faça sua assinatura, enviando cheque ou vale postal em nome de CIMI-PORANTIM

PREÇOS:

Ass. anual: R\$ 40,00
 Ass. de apoio: R\$ 60,00
 América latina: US\$ 25,00
 Outros Países: US\$ 40,00

Interditar o debate para interditar o futuro

No processo eleitoral de 2006, elites tradicionais com “apoio” de ações de setores do governo Lula impedem debates sobre os rumos do país

Paulo Maldos
Assessor Político do Cimi

Foto: Navarro



Para quê uma eleição geral, como a que tivemos agora, nos deve convocar? Em tese, para pensarmos em nossos valores mais profundos; em nossa ideologia; nos projetos para o país; em nossas visões de mundo; na sociedade que queremos para nossos filhos; em nossa disponibilidade para participar numa construção social coletiva. Tudo isso deve gerar os critérios subjetivos para escolhermos os que irão nos representar nos Poderes Executivo e Legislativo, para cuidarem de nosso País em nosso nome.

Mas, concretamente, para quê a eleição geral de 2006 nos convocou? Para ouvir histórias policiais; fotos de montes de dinheiro; pessoas algemadas e biografias destroçadas; denúncias de toda ordem a cobrir páginas dos jornais e horas do noticiário televisivo; julgamentos de cunho moralista; frases de efeito sobre esse ou aquele candidato, em competição sobre qual a mais destrutiva.

Projetos para o país? Nem uma só linha no jornal. Valores profundos? Nem um segundo da televisão. Por que chegamos a esse ponto de indignação no debate político? A nosso ver, esta situação tem suas raízes no histórico do governo Lula, por um lado, e nas aspirações da oposição de direita de reassumir o controle do país, por outro.

Tudo pela governabilidade

O governo Lula, desde o início, apostou todas as fichas na “governabilidade”, base de raciocínio político que, no cotidiano, significou alianças com setores tradicionalmente inimigos do Partido dos Trabalhadores (PT). Essa postura afastou as políticas governamentais dos compromissos históricos com os movimentos sindicais; com os camponeses e a reforma agrária; com os indígenas e quilombolas e a demarcação de territórios; com os direitos humanos; com os direitos dos familiares de mortos e desaparecidos políticos pela ditadura militar; com as lutas pela democratização da comunicação, por novas políticas energética e econômica etc.

Ao priorizar a atuação institucional e as alianças com setores de centro e direita, alguns integrantes do governo Lula e do PT adotaram também as práticas de seus novos aliados, baseadas em ações ilegais, porém amplamente utilizadas no meio político, tais como “caixa dois” e trocas de favores e de recursos financeiros, tudo para, ao fim, garantir a tal “governabilidade”.

O primeiro grande efeito de tais atitudes foi a divisão da esquerda aliada do governo Lula. Alguns setores indispostos com tais práticas abandonaram a disputa no inte-

rior do PT e fundaram um novo partido, o Partido Socialismo e Liberdade (PSOL). O segundo grande efeito foi a desagregação da base social organizada e histórica do Partido dos Trabalhadores, com a disseminação da sensação de frustração, traição, paralisia política e do divisionismo.

Nenhum desses efeitos parecia significar algum problema para o governo Lula e seus novos aliados, confiantes de que podiam dispensar todos esses setores sociais para a sua nova concepção de “governabilidade”.

A “Santa Aliança” da direita

A direita, encarnada pelo PSDB, e a extrema-direita, pelo PFL, ficaram assustadas com o panorama visto da Avenida Paulista: um partido de esquerda, com bases populares ainda fiéis, controla o poder máximo no país e utiliza, para se fortalecer politicamente, de métodos eleitorais da própria direita e de seus próprios “procedimentos” políticos, pouco éticos mas de conhecida eficiência; pior ainda, este governo começa a projetar sua inserção internacional com bastante sucesso.

Soa o alarme da possibilidade real das elites serem afastadas do poder definitivamente e do processo tomar um rumo incontrolável. Na perspectiva do tempo, a disputa política poderia ser transferida para o embate entre o lado moderado do PT,

manifestado obsessivamente pelo governo Lula, e seu lado popular, presente ainda nas suas bases sociais, nos seus vínculos com movimentos sociais em todo o país e com uma esquerda latino-americana emergente e em processo de articulação continental. Para as elites do país mais injusto do mundo, essa “raça” pouco confiável precisaria ser desalojada o quanto antes do poder. Este, deveria voltar para suas mãos, onde sempre esteve.

Forma-se, então, a “Santa Aliança”, dos setores de direita, extrema-direita e dos grandes conglomerados da mídia, com ramificações nos três Poderes da República, porém sem algo em que se apegar para levar à frente sua cruzada anti-Lula e anti-PT.

Atiram a esmo no governo e no presidente, como franco-atiradores sem direção, com resultados pífios na opinião pública, que segue apoiando as ações do governo. Providencialmente, porém, quem dá a base real para o início da cruzada “ética” contra o governo são seus próprios integrantes e suas “práticas políticas”, as mais conhecidas dos integrantes da “Santa Aliança”.

Identificados, em série e em reincidência, desde o caso do suborno em escalão menor (caso Valdomiro Diniz); passando pelo caso do “caixa-dois” (vulgo “mensalão”), até o suspeitíssimo caso do dossiê anti-Serra, esta direita busca freneticamente exagerar em suas dimensões e extrair deles o máxi-

mo proveito para a recuperação integral das rédeas do poder em nosso país. Conta, para tanto, com a cumplicidade ativa e entusiasmada de praticamente toda a mídia.

A “Santa Aliança” da direita brasileira atira no que o respeitável público vê, ou é obrigado a ver pela sua imprensa, dita livre, ou seja, corrupção e mais corrupção, para acertar no que é camuflado e escondido do público: o poder que lhe escorria pelas mãos, desde 2002.

Suprema ironia: o governo Lula é atacado pela direita exatamente naquilo em que se funde e confunde com ela, devido ao risco de que, tendo continuidade, produza um processo histórico irreversível, fora do controle das elites tradicionais.

O panorama eleitoral

Assim, chegamos ao melancólico panorama eleitoral de 2006: ao invés de projetos para a Reforma Agrária, notas de dinheiro; ao invés de propostas para a ordem internacional, homens algemados; ao invés de compromissos com os povos indígenas e quilombolas, escutas telefônicas; ao invés de planos para a recuperação do meio-ambiente, depoimentos na delegacia.

A “Santa Aliança” conseguiu o que mais queria, com a colaboração ativa daqueles setores que deram a base de realidade para sua agressiva política eleitoral: destruir o debate sobre os rumos do país, pois esse assunto deve, necessariamente, voltar a ser assunto exclusivo daqueles que sempre mandaram aqui, sem discussão.

O debate subjacente à disputa eleitoral e que lhe dá sentido, o de qual Projeto Nacional o povo brasileiro defende, não deve aparecer, pelo contrário, deve ser rigorosamente interditado.

Aliás, os que uma vez foram ousados o suficiente para tentar interferir em tais rumos e em tal Projeto Nacional, foram mortos e desaparecidos pelos pefelistas e neotucanos, por seus funcionários de todos os escalões militares e policiais, na sua nunca suficientemente avaliada nem contestada fase ditatorial (1964 – 1985). Uma história também interdita, onde sangue e corrupção mesclam-se em todas as páginas.

Enfim, estamos agora no rumo do segundo turno das eleições presidenciais. Seja qual for o seu resultado, nós, o povo brasileiro, não podemos nem devemos perder de vista o principal: nosso lugar de protagonistas centrais de nossa própria história, clareando nosso Projeto Nacional; reinventando sempre a nossa ação política; fortalecendo, reconstruindo e ressignificando os movimentos sociais do pós-neoliberalismo, reconstituindo-os e ampliando-os sem cessar, como espaços concretos e cotidianos de exercício do Poder Popular.

Malária e hepatite ameaçam povos do Vale do Javari

Funasa ainda não conseguiu estruturar DSEI na região e relações ruins entre prefeito e indígenas agravam o problema

Priscila D. Carvalho
Repórter

O Conselho Indígena do Vale do Javari (Civaja) chama atenção para a situação de saúde dos povos indígenas que vivem na terra Vale do Javari, uma das maiores do país, com 8,5 milhões de hectares, localizada no Amazonas. Em agosto, a entidade denunciou o alto número de infectados por malária e hepatite, doença que, segundo eles, cresceu pela falta de ações preventivas. “O número de infectados, pode chegar a 25% em uma população de 3.500 indígenas”, afirmam.

O Cijava relata também grande número de casos de malária. “Faltam desde os medicamentos para o tratamento da doença até mesmo condições para as equipes se deslocarem para as aldeias”. Os programas de controle de malária são baseados no diagnóstico e tratamento precoce, e para isso é importante haver postos de diagnóstico com agentes treinados, além do controle do mosquito para diminuir a transmissão.

Relatos de pessoas que visitaram a área recentemente revelam a ausência de médicos na região. Segundo estas informações, há cerca de um mês, os únicos profissionais de saúde que atuavam na terra indígena eram quatro técnicos de enfermagem. E os Agentes Indígenas de Saúde teriam pelo menos quatro meses de salários atrasados.

O Civaja fala em 23 mortes por doenças durante este ano, sendo quatro por hepatite. A Funasa confirma 17 óbitos na área, um deles por malária e outro por hepatite.

A assessoria de imprensa da Funasa informou que “quanto ao surto de hepatite viral, há cerca de um ano a Funasa tem atuado em conjunto com o Instituto de Medicina Tropical, no sentido de isolar os portadores para evitar novos contágios. No que diz respeito à malária, a Funasa implementou diversas ações de combate ao mosquito transmissor, realizando borrifações na área. Atualmente, a doença está sob controle na região”. Já houve surtos anteriores de mortes por hepatite em 2001 e 2003.

“A situação é muito grave para ter espaço para demora e incompetência.



Precisa estruturar o Distrito de Saúde, capacitar pessoas. Para começar a resolver o alto número de pessoas com hepatite, precisa de periodicidade na aplicação das vacinas. Uma das razões por que a doença se alastrou tem a ver com o fato de a vacina não ter sido bem aplicada”, avalia Beatriz de Almeida Mattos, membro da equipe do Centro de Trabalho Indigenista (CTI). Ela relata que um dos professores com os quais trabalhava diretamente faleceu de hepatite hemorrágica e que, em um grupo de 15 professores, outros quatro estão infectados.

De acordo com o Prof. Dr. Pedro Luiz Tauil, do departamento de Medicina Social da Universidade de Brasília, a existência de vacinas para hepatite faz com que a ocorrência de mortes pela doença seja “grave”. A vacinação, no entanto, precisa ser feita em três doses, ao longo de 180 dias. E as vacinas precisam ser mantidas resfriadas até o momento de serem aplicadas.

“Desde 2002, a Funasa não consegue realizar mais de duas vacinações por ano. Desde 1995, se falava que o não cumprimento do cronograma das vacinações comprometeria qualquer ação para barrar a epidemia”, diz o Civaja.

E o próprio Civaja propõe soluções: “Existem medidas preventivas que poderiam solucionar (...) a situação, dentre as quais a execução de ações de busca em



todas as aldeias da reserva indígena, sistematização das campanhas de vacinação para hepatite e a conscientização dos indígenas sobre a importância da prevenção à doença, dentre tantas outras providências dessa natureza”.

A Funasa informou que foi assinado no final de setembro um convênio com a organização Assessevaja no qual a Fundação fica responsável pelo fornecimento de vacinas e remédios, e a conveniada, pela contratação de profissionais de saúde. O convênio prevê a contratação de 115 profissionais, sendo 55 Agentes Indígenas de Saúde, dois Agentes Indígenas de Saneamento, oito auxiliares de epidemiologia, entre outros.

Da maneira como tem sido estruturado o atendimento à saúde pela Funasa, os recursos para a contratação de profissionais médicos são repassados às conveniadas e às prefeituras, “que atuam sob a supervisão e coordenação direta do Distrito Sanitário Especial Indígena (Dsei) do Vale do Javari, ou seja, sob coordenação da Funasa”, como esclarece a assessoria do órgão.

Medidas judiciais

Segundo o Civaja, em 25 de novembro de 2005, a Funasa no Amazonas prometeu, perante o Procurador do Ministério Público Federal, André Lasmar, e lideranças indígenas, tomar providências para a situa-

ção do Vale do Javari, sem envolver a prefeitura de Atalaia do Norte. “Na oportunidade, o Procurador informou aos presentes que no âmbito do Vale do Javari nem a Prefeitura municipal e muito menos as organizações indígenas poderiam encontrar soluções para a situação de saúde nas aldeias, e que a Funasa teria de assumir a totalidade das ações de saúde na região”.

A entidade indígena questiona a continuidade da atuação da prefeitura na administração dos recursos destinados à saúde afirmando que eles ficam susceptíveis a inimizades políticas. Em 2005, as populações indígenas ocuparam pelo menos duas vezes a sede da Funasa em Atalaia do Norte, e conseguiram retirar da coordenação do Distrito de Saúde Indígena um parente do prefeito local. O Civaja acusa o prefeito de, muitas vezes, ter incitado a população local contra as lideranças indígenas, que lutavam pela demarcação de suas terras.

A Funasa afirma que é comum encaminhar os recursos da Secretaria de Assistência à Saúde (SAS), do Ministério da Saúde, diretamente para prefeituras, para que estas invistam o recurso na contratação de profissionais, que atuam sob a supervisão do Distrito Sanitário Especial Indígena (Dsei), ou seja, sob coordenação da Funasa. A Funasa não pode contratar diretamente, por causa de restrições legais. Ela precisa de permissão do Ministério do Planejamento para realizar concursos. Neste impasse, gerado pelo modelo que terceirizou o atendimento à saúde indígena, o problema do atendimento qualificado segue sem solução.

Existe também uma Ação Civil Pública movida pelos indígenas e pelo Ministério Público Federal, através da qual foi solicitada às partes perícias técnicas, ainda em 2005.

O Civaja foi a entidade conveniada responsável pelo atendimento à saúde no Javari entre 1999 e 2003. Teve problemas na prestação de contas e foi acusada de mau uso das verbas, ao que respondeu à Funasa questionando a falta de suporte do órgão e sua desatenção às repetidas tentativas de diálogo sobre as dificuldades no processo de gestão do Convênio. Em 2004, a entidade decidiu não mais renovar convênios de saúde. ■

Os povos Mayorúna, Marúbo, Matis, Kanamari e Kulina vivem no Vale do Javari. As doenças que os afetam precisam ser prevenidas e podem ser tratadas, se houver diagnóstico precoce. Na foto, equipamento para diagnóstico de malária

Povos Irantxe e Myky se unem para resgatar suas línguas

No curso na aldeia Japuira, do povo Myky, no Mato Grosso, as pessoas aprendem a partir das práticas culturais

Beth Myky
Cimi MT

Os povos Irantxe e Myky se uniram mais uma vez para, juntos, redescobrirem e revitalizarem as raízes culturais e lingüísticas de que são originários. Entre 8 e 12 de setembro, ocorreu a segunda etapa do curso de resgate da língua e uma oficina sobre processos escolares de aprendizagem a partir da cultura. O encontro se realizou na aldeia Japuira do povo Myky. A primeira etapa havia ocorrido na aldeia Craveri dos Irantxe, em março.

Devido a circunstâncias históricas, os Irantxe não falam mais a sua língua materna. Apenas o português domina as relações sociais, interna e externamente. Os Myky, por sua vez, nunca perderam a língua, mas devido ao contato acelerado com a população envolvente e ao relacionamento com os parentes Irantxe, estão atualmente em um processo bilíngüe bastante avançado, com domínio do português sobre a língua myky.

Os dois povos vivem, portanto, o desafio de fortalecer a identidade lingüística e cultural. A OPAN (Operação Amazônia Nativa), em parceria com o Ministério da Educação e com a colaboração da equipe do Cimi, possibilitou, com o curso, um espaço de discussão sobre o papel da língua nas sociedades indígenas.

Escrevendo na própria língua

A primeira etapa do curso ocorreu na terra do povo Irantxe e foi assessorada por Ruth Monserrat, lingüista da Universidade Federal do Rio de Janeiro que, por



vários anos, estudou a língua Myky. Na aldeia Craveri, o interesse foi muito grande, reunindo professores, moças e rapazes e, sobretudo, os velhos que partici-

param ativamente. Foram cinco dias intensos de trabalho, de muito desejo de aprender, de dominar a oralidade e a escrita da língua.

Manoel Kanuxi foi o coordenador dos trabalhos, incentivando, propondo e resolvendo questões da língua e da participação de todos. Criou-se um ambiente animado e descontraído de interesse e aprendizagem. Ruth propôs o estudo do som das palavras (fonética) a partir de uma longa lista de nomes (pessoas, animais, partes do corpo humano...) Com bastante facilidade, os professores e jovens já alfabetizados em português conseguiram escrever, com as letras do alfabeto, as palavras da língua originária dos povos.

O canto dos animais “no tempo que eram gente” também foi um momento de grande interesse em que velhos e crianças se uniram na mesma roda.

A tarefa final para todos os homens e mulheres participantes foi redigir textos na língua materna. Para os Irantxe era um desafio e, para os Myky, ocasião de desenvolverem ainda mais seu gosto de escrever.

Xires (cestos) com alimentos e o calendário alimentar: curso trabalhou com elementos da cultura tradicional

Valorizar a cultura para resgatar a língua

Na aldeia Japuira, do povo Myky, ocorreu a segunda etapa do curso, assessorada por Luiz e Eunice de Paula, missionários do Cimi. Desde julho a aldeia estava movimentada: construíram uma nova casa tradicional e um barracão para as aulas e para a cozinha, envolvendo toda a comunidade na recepção dos parentes e assessores.

A idéia-chave era que tudo fosse em torno da cultura: comida, ambiente e... presentes! Sendo assim, foi intensa a preparação. Ao se aproximar a data, as mulheres se dedicaram a fazer farinha, buscar batata, cará, banana e mandioca para massa de beiju. Os homens passaram vários dias buscando buriti e confeccionando os 36 xires

(cestos) que cada visitante recebeu com alimentos da roça.

Foi uma linda surpresa quando, ao se iniciarem os trabalhos, Janãxi, o cacique, e Wajakuxi, diretor da escola, receberam os participantes oferecendo os xires transbordantes de fartura. Durante o curso, foram servidas as comidas tradicionais: chicha (bebida fermentada) de milho, chicha de cará, beiju, cará e batata assada, porco, caititu e até galinhas caipiras oferecidas pelas famílias.

Nas oficinas, foi explicado que o eixo fundamental da educação não é a escola nem o professor, mas a comunidade em seu papel educativo, a partir do sistema tradicional. Também foi enfatizada a importância de buscar medidas de sobrevivência da

língua indígena. Os povos lembraram que, dentre os motivos que levam à diminuição do uso da língua, está a diminuição das práticas sociais da cultura.

Os diversos grupos de trabalho e as oficinas também discutiram os problemas impostos pelo sistema escolar oficial e falaram sobre as perspectivas concretas de ensino do idioma, seja como primeira ou como segunda língua. Por outro lado, foram elencados os diversos espaços onde a língua está viva, assim como as funções da língua e seu uso no cotidiano da comunidade e na caminhada histórica do povo.

Nesse momento do encontro, foi mencionada a importância vital dos rituais religiosos – o ritual da “jéta”, a força da espiritualidade! Durante essa reflexão, os

velhos se aproximaram e iniciaram aquilo que chamamos de “choro ritual”, ou seja, a lembrança dos mortos-vivos acompanhando a caminhada de seu povo. Foi um momento ímpar, em que, subitamente, a presença dos espíritos invadiu o ambiente e a dimensão religiosa se impôs com todo o seu significado de vida em totalidade.

Nas duas etapas, a coordenação geral ficou a cargo de Kátia Zorthêa, da Opan. A avaliação do curso é positiva e o desejo é que, em 2007, os povos Irantxe e Myky possam dar continuidade ao estudo da morfologia da língua e vivenciar sempre mais o dinamismo de sua espiritualidade – raiz e fonte de vida. ■

Missionários estudam religião do povo Munduruku em Santarém, no Pará

Compreender a visão de mundo deste povo aumenta o respeito às suas formas de vida

Priscila D. Carvalho
Repórter

Como uma missão religiosa em terra indígena, com quase 100 anos de atuação, pode mudar os rumos de seu trabalho e passar a fortalecer a religião do outro? É possível a convivência entre pessoas que acreditam em religiões que trazem formas muito distintas de resolver conflitos ou de tratar vida e morte? Como missionários e religiosos podem atuar respeitando religiões indígenas? Para começar, é preciso entender a religião alheia. Com estes desafios, 20 religiosos e leigos, passaram quatro dias reunidos em Santarém, Pará, estudando a religião do povo Munduruku, que vive nas proximidades do rio Tapajós, no sudoeste paraense.

“Não estudamos uma outra religião para acreditar nela, mas para compreendê-la”, sintetiza Lucia Rangel, antropóloga que assessorou o encontro. “Em geral, as religiões indígenas têm concepções diferentes das crenças ocidentais sobre a vida e a morte, o corpo e a alma, a ligação entre religião e trabalho. Estas são atividades que não acontecem fragmentadas. Enquanto

trabalham, os povos rezam. Enquanto comem e bebem, transcendem. É um mundo integrado”, afirma Rangel.

As religiões indígenas atribuem alma a todos os seres: vento, astros, animais, plantas. Em sua visão do universo (cosmovisão) há um princípio de transformação que torna possível a espíritos assumirem formas humanas e animais (ver box), da mesma forma como xamãs (pajés) tornarem-se invisíveis ou tomarem as formas de animais.

Por muito tempo, esta visão foi tomada como um sinal de primitivismo pelas religiões ocidentais, como a católica, e até pela antropologia. Eram mais comuns contraposições entre pagãos e cristãos, primitivos e civilizados. Atualmente, mais pessoas olham as religiões distintas com respeito pela diferença na relação com o que é sagrado para cada povo. Afinal, ganha espaço na sociedade a idéia de que grupos diferentes têm o direito de viver a partir de suas próprias visões de mundo e que isso não implica em um grau menor de humanidade ou de evolução.

Diálogo nem sempre é fácil

Embora hoje seja mais fácil compreender - e até admirar - as características da vida

indígena, nem tudo é simples. Algumas diferenças estão no campo das avaliações morais de cada cultura. E, nesse ponto, a compreensão se torna muito mais difícil.

Em relação ao povo Munduruku, um dos temas mais delicados para os missionários católicos sempre foi o assassinato de pajés, quando eles são identificados como causadores dos males que afetam o grupo, e passam a ser chamados de “pajés maus”.

Na cosmovisão dos povos indígenas, as doenças são causadas por feitiços. O feitiço é a permanência, no corpo de uma pessoa, de um espírito mau, que deixa a pessoa doente e pode até mesmo provocar a sua morte. Só os pajés são capazes de introduzir um espírito do mal em uma pessoa. Por isso é que um pajé é acusado de ser o causador do mal, quando ocorrem muitas mortes em uma comunidade.

Pelas leis brasileiras, em tese, matar alguém não é permitido, a não ser que isto seja realizado pela polícia e pelo exército, em situação de proteção da coletividade. Além disso, há leis morais contra o assassinato, muitas delas difundidas através das religiões. As sociedades indígenas possuem também suas leis para evitar assassina-

tos, e têm suas próprias maneiras de avaliar ações, julgá-las e puni-las.

Assim, quando um pajé é responsabilizado por mortes, são as instituições responsáveis pela justiça em sua sociedade que o punem. A antropóloga Lucia Rangel compara a situação com os instrumentos de punição da sociedade ocidental - “Pajé também é juiz. Ele dá o veredicto final, ele consegue identificar qual é o pajé que está agindo com os espíritos maus. E a comunidade tem o papel de acusar”.

Assim, quando a comunidade avalia que há um tormento que vem da atuação de um pajé, cabe a outros pajés identificar quem é o causador dos transtornos. E, quando ele indica o culpado, é a comunidade que decide sobre a necessidade de morte do “pajé mau”.

Além da comparação de formas jurídicas, há um ângulo religioso que pode ser levado em conta na tentativa de compreender esta prática Munduruku. Um dos fundamentos dos fenômenos religiosos é o sacrifício, seja o da vida humana, da vida animal ou o sacrifício simbólico, como o adotado pela Igreja Católica. Para Lucia Rangel, estas comparações ajudam a compreender as semelhanças nas dinâmicas das

Fotos: Rômulo Canto



Foto: Priscila D. Carvalho



O seminário sobre religião Munduruku foi realizado pela Aliança Francisclariana, de frades e irmãos franciscanos, responsável pela missão que atua com este povo

Seminário reavalia Missão Francisclariana

Construída pela Igreja católica há cerca de 100 anos, a missão que atua com os Munduruku passa, desde o ano 2003, por um processo de avaliação. As mudanças começaram pelo reordenamento interno: o trabalho que antes era desenvolvido em paralelo por frades franciscanos e por irmãs do Imaculado Coração de Maria passou a ser coordenado conjuntamente pelos grupos, através de uma Aliança Francisclariana. Todas as dimensões do trabalho da missão - em saúde, educação, evangelização, apoio na luta pela terra - têm sido revis-

tas. Eles pretendem que a escola da missão seja, no futuro, administrada pelos indígenas e, desde antes da avaliação, já vinham buscando uma educação bilíngüe, respeitando o idioma aprendido em casa pelas crianças. Agora, seguem o trabalho construindo materiais didáticos indígenas.

O desafio da avaliação do trabalho religioso e de mudança do foco da atuação missionária é ainda maior, pois envolve a concepção da missão. O encontro realizado em Santarém faz parte desse processo de mudanças.

O sagrado presente em todos os momentos da vida cotidiana

As instâncias da vida dos Munduruku são profundamente relacionadas. A caça é atividade econômica, mas tem também valor social, pois as habilidades necessárias para ela são semelhantes àquelas úteis para a guerra, e esta é uma sociedade tradicionalmente guerreira. A caça está relacionada a atividades religiosas porque sua realização precisa ser preparada de forma ritual, já que os animais também possuem espíritos.

A relação com os espíritos é essencial para a organização da vida dos Munduruku. O caçador, que traz alimento ao grupo, por exemplo, sabe muito sobre os hábitos dos animais. Ele conhece seus sons, os localiza e se comunica com eles por meio de seus sons. Os homens são treinados para isso ao longo da vida, na vivência de sua terra desde crianças, acompanhando os mais velhos, e também através de rituais e de substâncias alucinógenas que os acompanham.

Quando um homem sai para caçar, além de conhecer o local da caça, ele precisa se reconciliar com as almas dos animais. Deve pedir licença. E o pajé tem função neste sentido também. É ele quem deve agradar os espíritos dos animais, para que eles não se voltem contra os caçadores, para que não ataquem a aldeia.

É a liderança espiritual que recebe a revelação espiritual e conduz o canto, a dança, as orações, faz oferendas e rituais para facilitar o caminho da alma do animal. O mesmo tem que ser feito para preparar a colheita dos alimentos. Com ajuda do pajé, os animais e plantas se conciliam com sua sina, que é virar comida de gente. Da mesma forma como gente é comida de bicho, dentro do ciclo da natureza.

Assim, a caça e a plantação, atividades de sobrevivência, de economia, estão fortemente ligadas à religião, ao sagrado. Isso impede que se trate o plantar e o caçar como atividades puramente técnicas. ■

As religiões indígenas têm concepções próprias sobre a vida e a morte, o corpo e a alma. Os espíritos estão presentes no dia-a-dia do povo Munduruku - religião e trabalho não são atividades fragmentadas. Enquanto trabalham; rezam

religiões, ainda que sejam distintas as formas que tomam os conceitos em cada maneira de crer.

Crenças reafirmam identidade

O efeito social da morte de um pajé assassinado é grande. Quando a comunidade vive a morte do pajé e a comenta, ela repassa os ingredientes do caso e, desta forma, reafirma aspectos de sua identidade, características do povo, suas regras, como se concebe vida e morte naquele grupo.

E todos estes processos, segundo Robert Murphy, antropólogo que em 1950 escreveu o livro "A Religião dos Munduruku", são parte da dinâmica de uso do espaço pelos Munduruku, já que a morte de um pajé traz conseqüências duradouras para o grupo, como, por exemplo, a mudança de famílias de uma aldeia a outra, o que, em última análise, pode estar ligado à dinâmica populacional do grupo. "Feitiçaria quase sempre e profundamente era responsável pelo processo de divisão rápida que ocorria nas aldeias Munduruku", analisou Murphy.

Mas, ao olhar a religião Munduruku e sua fé nos pajés e nos espíritos, ele avaliava, há mais de 50 anos, que "feitiçaria e execuções certamente continuarão mesmo depois das unidades sociais maiores de famílias extensas e de aldeias ficarem totalmente fragmentadas. Os padres da missão têm falado já há 40 anos contra esta crença na feitiçaria com efeito pouco visível. Eles também não foram os primeiros a tentar acabar com esta prática. E, por ser algo forte na visão de mundo Munduruku, nem os frades do século 20, nem aqueles que os precederam, no século 19, tiveram êxito em mudar as práticas deste povo.

Esta questão sobre mudança e permanência na vida e na cosmovisão de povos indígenas segue presente nas falas de muitas das pessoas que se aproximam do mundo Munduruku, e do mundo indígena em

geral. Na atuação missionária, convive uma preocupação com a "preservação" da cultura indígena e o repúdio a práticas que se chocam com as crenças ocidentais. Práticas estas que costumam vir acompanhadas de um desejo de modificação dos costumes que incomodam aos não indígenas. "São muitas as contradições e os conflitos morais e religiosos que merecem reflexão aprofundada para o trabalho com os povos indígenas", pondera a antropóloga Lucia Rangel.

A sobrevivência da figura do pajé

"Mas, se o pajé pode fazer mal, por que a comunidade não abre mão de ter pajés?", questiona Rangel. Isso pode ser explicado pelo fato de que, na cosmovisão Munduruku, bem e mal não são coisas separadas. Eles estão nos mesmos lugares, são gerados pelo mesmo poder. Assim, a extinção do conjunto de pajés não resolveria o problema.

Há décadas, antropólogos percebem que a importância dos pajés para os povos amazônicos, por exemplo, precisa ser compreendida também no contexto desta região. "A vida na Amazônia durante

todo o processo histórico de adaptação e de crescimento dependeu exclusivamente dos pajés para a sobrevivência e para a saúde. Mesmo depois do país formado, a presença da Igreja, de padres e de médicos chega apenas de tempos em tempos. Quem garantiu remédio, saúde, manejo de florestas, catalogação de doenças e de remédios foram os pajés", avalia a antropóloga.

A convivência que hoje desafia os católicos é uma prática antiga na vida dos povos, ainda que tenha ocorrido a partir da imposição externa. Exemplo disso é a forma como convivem, na visão dos Munduruku e de diversos outros povos, o trabalho do pajé, os remédios por ele preparados e os remédios receitados pelos médicos. A função do pajé é tirar a causa da doença, do transtorno. Os remédios – da medicina tradicional ou aqueles quimicamente processados – tratam efeitos causados pela doença. É por esta diferença que podem conviver com a função do pajé. "Com o tempo, a população vai distinguindo entre doenças de índio e doenças de branco, o que mostra compreensão do processo histórico, que traz doenças novas", diz Rangel.



O adeus a Dom Franco

“Unimos nossa oração e uma total solidariedade fraterna, em comunhão pascal, a tantos irmãos e irmãs que acompanham, com a mesma dor e com a mesma esperança, a morte do nosso querido D. Franco, presidente do CIMI, companheiro de todas as horas, uma figura episcopal marcante na caminhada da CNBB em seu compromisso com as causas populares, apaixonado, como bom comboniano, pela África mártir.”

Pedro Casaldáliga

“Sua passagem para a outra Terra terá a proteção do Croá, o perfume do buriti, e a sombra protetora da Jundiba, como prêmio dos guerreiros. Com certeza, por toda parte, os maracás estarão chiando e muitas danças e festas para este que agora, temos certeza, não nos abandonará mesmo!”

Geralda Soares e Aldeia Cinta Vermelha - Jundiba (MG)

“Dom Franco acabou de dar seu testemunho final: viveu pela missão; morreu em pleno exercício de sua atividade a serviço da missão. Mas a missão não morre. Que o sacrifício de Dom Franco estimule novos e generosos missionários.”

Dom Aldo Gerna, Bispo de São Mateus

“A epístola de Tiago lida nas celebrações de hoje (17/9), corresponde ao que foi a sua vida. “Que adianta alguém dizer que tem fé, quando não a põe em prática? (Tg 2,14-17).” Dom Franco viveu sua fé na prática, no dom e no serviço dos outros”

Dom Xavier Gilles - presidente do Regional Nordeste 5 (Maranhão)

“Queremos deixar aos familiares, aos amigos, aos companheiros de caminhada e aos funcionários do Cimi os nossos mais profundos sentimentos pela perda de um grande homem de fé e um lutador incansável em favor dos direitos dos povos indígenas”

Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira - COIAB

“Choram os povos indígenas com a morte prematura e trágica do Franco, um missionário consciente das dificuldades e desafios da inculturação para a evangelização. Junto ao Trono do Cordeiro sejam nossos mártires constantes intercessores em favor da Vida em nosso Planeta. Roguem para que os povos do mundo possam caminhar com dignidade e esperança, livres da miséria, da exclusão e da fome.”

Dom Mauro Morelli

Bispo católico e peregrino a serviço da Vida

“Para nós, Dom Franco deixa saudades, mas lembraremos dele como grande guerreiro que lutou junto conosco pela causa indígena, principalmente da TI Raposa Serra do Sol, dedicando sua vida por nossas vidas.”

Marinaldo Justino Trajano

Coordenador Geral do Conselho Indígena de Roraima - CIR

“Mais um mártir da utopia da fraternidade e da solidariedade com os pequenos da Terra. Pedimos que ele nos dê a capacidade de caminhar, a seu exemplo, as veredas da Esperança, com a mesma coragem com que ele, sempre tão esportivamente, nos convidava a caminhar sem medo e sem desânimo.”

Cimi Regional MT

“Homens e pastores como ele na verdade não morrem, pois ficam semeados nos sulcos da vida de nossos povos. Vimos Dom Franco lutar pelos direitos dos índios tanto no Brasil como também em toda a América Latina. Ele desfrutou conosco a força espiritual dos pequenos durante o Encontro Continental de Teologia Índia em Manaus, em abril do ano passado”

Pe. Eleazar López Hernández

Centro Nacional de Ajuda a missões indígenas, Cenami

“Dom Gianfranco testemunhou, com sua vida e ação frente à Igreja do Brasil, que o Evangelho é compromisso, com o claro objetivo de se anunciar o Reino e fazê-lo entre nós, a partir dos povos originários, dos empobrecidos e dos marginalizados.”

Equipe do CEPIS (Centro de Educação Popular do Instituto Sedes Sapientiae)

No dia 17 de setembro faleceu o presidente do Cimi. Ele foi sepultado no dia 19, na Catedral da cidade de Balsas, no Maranhão, onde era bispo. Em sua despedida, Dom Franco recebeu demonstrações de carinho e reconhecimento do povo que amava e de movimentos sociais, religiosos, entidades e do Estado brasileiro. Ao apresentar trechos de algumas cartas de pêsames recebidas, o Cimi agradece a cada uma das demonstrações de apoio – tão importantes neste momento. Como uma colcha de retalhos, em que cada parte dá cor especial ao conjunto final, estas mensagens formam uma bela imagem do trabalho realizado por Dom Franco.

Sara Sanchez (Cimi GO/TO) e Egon Heck (Cimi MS)

Em abril de 2000, durante a Marcha Indígena, em Porto Seguro, a Polícia Militar baiana atacou violentamente milhares de indígenas, negros, camponeses, enquanto as elites celebravam 500 anos do início da invasão. Missionários e missionárias do Cimi foram cercados por policiais armados e encurralados na estrada, ameaçados por metralhadoras, bombas, cassetetes. Ao ver o bispo no meio do grupo, o comandante da tropa o convidou para sair dali. Dom Franco recusou o convite e disse ao militar que não iria abandonar seu povo naquela hora, pois era parte dele. Este foi, segundo ele mesmo, seu batismo na causa indígena.

Italiano que vivia no Brasil há três décadas, Dom Gianfranco Masserdotti havia completado 65 anos em 13 de setembro deste ano. Em 2006, completou também 40 anos de vida sacerdotal e sete anos como presidente do Cimi. Ele faleceu vítima de atropelamento quando andava de bicicleta na BR-230.

Dom Franco aprendeu a ser pastor com as pessoas simples do povo, pois eram elas que ocupavam a maior parte de seu tempo e de sua missão. Esta atitude de escuta e respeito fez com que Dom Franco ganhasse sempre o carinho sincero do povo e de quem o conhecia. Foram estas as qualidades que mais se destacaram em sua vida e missão. Esta capacidade de conhecer o outro exige outros dons, mais profundos e exigentes, como o respeito e abertura ao diferente, assim como, a valorização das diferenças que não são um perigo e sim uma riqueza. Compartilhava sua vida com a população de Balsas, no Maranhão, mas também debatia, nacional e internacionalmente, a missão, a Boa Nova como mensagem de vida. (ver box).

Quando foi convidado para acompanhar o Cimi, ele disse que, nesta nova missão, era um eterno aprendiz junto aos povos indígenas, pois o respeito aos povos e a suas diversas culturas, eram um desafio para a Igreja e para toda a sociedade, quando o senso comum quer unificar e anular o diferente.

Celebrando a dor e a esperança

Milhares de pessoas da região de Balsas e representantes de diversos lugares do País e do exterior acompanharam o sepultamento de D. Franco. Nas ruas estreitas de Balsas, com os corações apertados, o povo não conseguia reprimir as lágrimas.

Quase duas dezenas de bispos, inúmeros sacerdotes e representantes de congregações religiosas, de entidades, pastorais, movimentos, organizações populares, representantes dos índios, negros, movimento de mulheres, ribeirinhos, sindicatos, das comunidades da diocese e da população de Balsas lotaram a Catedral, além do grande número de pessoas do lado de fora. A Presidência da República esteve representada por Rogério Sottili, secretário adjunto da Secretaria Especial de Direitos Humanos.

Na noite do dia 18, um grupo do Cimi permaneceu ao lado de D. Franco a noite inteira. Quando amanheceu o dia, alguns índios Apinajé fizeram sua despedida. Trouxeram para o amigo pão e água, para que em seu destino não passasse fome ou sede.

Fotos: Arquivo Cimi



Emocionada, a população de Balsas e região lotou a Catedral e as ruas da cidade para homenagear Dom Franco





Encontro de Teologia Índia, reunião com os Krahô-Kanela e na Marcha Indígena, em 2000: lutando pelos povos indígenas. Acima, povo Apinajé se despede do amigo



“Nós estamos muito tristes ao saber da perda de nosso querido Irmão. Aprendemos muito com ele nessa nossa caminhada na luta pelos Povos Indígenas, e estamos em luto nesse momento de dor.”

Equipe – Pastoral Indigenista
Diocese de Ji – Paraná/ RO

“Dom Franco, missionário incansável, dirigiu sua fé e pautou suas ações a serviço dos mais pobres e em defesa dos povos indígenas. Educar libertando para a vida plena, afirmava ele, é o instrumento capaz de romper o ciclo vicioso de dominação dos grandes sobre os pobres na região.”

Movimento de Educação de Base

“A Comissão Pastoral da Terra - CPT, tão duramente golpeada ainda pela morte do seu Vice-Presidente, Dom José Mauro, sente com a mesma dureza a morte de Dom Franco Masserdotti, presidente do Conselho Indigenista Missionário - Cimi. As duas pastorais, irmãs na fronteira do conflito e do serviço, conungam na dor, mas também na inabalável esperança pascal.”

Comissão Pastoral da Terra

“Como militante da causa indígena, dom Gianfranco tornou-se uma referência dos princípios civilizatórios da busca incessante do diálogo e do respeito à diversidade cultural, temas tão caros à construção de um mundo mais fraterno, justo e tolerante com a pluralidade de idéias e de ideais.

Ao nos despedirmos de dom Gianfranco, não obstante a permanência de seu trabalho e luta, também incorporadas nesta Secretaria, citamos as palavras do escritor e naturalista Máximo Gorki “Se queres ser universal, fale de tua aldeia”.

Ministro Paulo de Tarso Vannuchi
Secretaria Especial dos Direitos Humanos

“Ele morreu como um índio, atropelado; dado comum e revoltante do Relatório de Violência contra os Povos Indígenas. Mas, também como um índio, ele andava de bicicleta, tal como os Kaiowá/Guarani que foram retomar seu tekoha Guaiviri: 40 pessoas de bicicleta em plena madrugada. Morte e vida entrelaçadas na esperança.”

Lúcia Rangel
Antropóloga – PUC -SP.

“Sua dedicação à causa indígena será mais uma fonte de inspiração para nós que apoiamos a luta dos Tupinikim e Guarani no Espírito Santo.”

Rede Alerta contra o Deserto Verde
Espírito Santo

“Ainda perplexos, sabemos que Dom Franco vai encontrar-se agora com Dom José Gomes e Dom Aparecido (ex-presidentes do CIMI) e esperemos que lá do alto eles continuem nos acompanhando e nos mantendo irmanados no compromisso com os marginalizados da terra. Pessoas como Dom Franco fazem muita falta. Cabe a nós seguir seu exemplo.”

OPAN

“Em Balsas, as filas formadas por eleitores à porta das casas de candidatos que distribuíam notas de 5 reais foram simplesmente extintas graças à sua pregação, numa reafirmação da correção de propósitos e do poder popular exercido pelos que ouviram as palavras proféticas do falecido pastor.”

Comitê Nacional do Movimento de Combate à Corrupção Eleitoral

“O caminho de Deus para as boas pessoas como Masserdotti sem dúvida é cheio de flores e muitas luzes, meus pêsames aos familiares e ao Cimi”

Acanauã Pataxó
(Presidente do Conselho de Lideranças do sul da Bahia)

“Que a lembrança de Dom Franco, arrancado de sua missão de forma tão abrupta, seja a motivação perene de todos os que compartilharam da sua causa, para que prossigam, ainda mais convictos, na luta pela dignidade e pela igualdade entre os homens.”

Ela Wiecko Volkmer de Castilho
Procuradora Federal dos Direitos do Cidadão

Fortalecendo a missão na África e no Brasil

Dom Franco fazia parte da Congregação dos Missionários Combonianos, inspirada no Padre Daniel Comboni, que atuou com missionário na África no final do século 19.

“Nós, combonianos, somos preparados para trabalhar com outras culturas”, explica o Padre João Clark, que trabalha com os povos indígenas que vivem em Boa Vista, capital de Roraima. Os combonianos estão há 54 anos no Brasil e o desafio atual, segundo Pe. João, é trilhar o caminho da inculturação no trabalho com os povos indígenas.

Segundo o padre, para entrar neste mundo (dos índios) desconhecido por nós, é preciso muita seriedade e diálogo, outra característica da ação comboniana. “Nosso trabalho é como uma formiga silenciosa. É estar com o pé no chão, lutando, perseverando, sofrendo”, reflete Pe. João. “Dom Franco fará muita falta nesse trabalho, mas acredito que em algum lugar, vai chegar no mundo alguém como ele, para continuar sua ação”, completa.



Moçambique

Como presidente da Comissão Episcopal de Missões, da CNBB, e responsável pela Missão Ad-Gentes do Conselho Episcopal Latino Americano (CELAM), Dom Franco trabalhava para o fortalecimento das relações entre as populações e a Igreja do Brasil e da África. Nos últimos tempos, uma das ações que mais o empolgava era o Projeto Além-Fronteiras de apoio à diocese de Lichinga, em Moçambique, com intercâmbio a partir do Maranhão e Piauí.

“O projeto foi sonhado em 1992, com objetivo de abrir as Igrejas no Brasil à dimensão universal, ‘dando da nossa pobre-

za’, sendo fiéis ao mandato sempre atual de Jesus ao levar o Evangelho a todos”, explica Marlene Garcez secretária do projeto. Em 1998, foi enviado o primeiro grupo de missionários para trabalhar em Moçambique, país de muita pobreza, com alto índice de Aids, Hanseníase, malária e outras doenças.

No decorrer dos nove anos, o projeto enfrentou desafios, animou as Dioceses e realizou 14 encontros de missiologia. “O divulgador, incentivador e mantenedor espiritual do Projeto foi Dom Franco, que neste período fez três visitas à África. Ele foi incansável”, lembra Marlene.

Dom Franco, missionário comboniano, viveu o bom combate. Bebeu na fonte, o lema de Comboni: “Morro, mas minha obra não morrerá”. Ela continuará como legado da sua experiência de 65 anos de vida e 40 dedicados à missão. Dois dias após o sepultamento de Dom Franco, a equipe do projeto reuniu-se para incentivar a continuidade deste. (Marcy Picanço) ■



Aracruz celulose realiza intensa campanha de difamação aos povos Tupinikim e Guarani

Parecer da Funai enviado ao Ministério da Justiça reafirma que terras em disputa no Espírito Santo pertencem aos indígenas

Geertje van der Pas
Repórter

No dia 11 de setembro a Fundação Nacional do Índio (Funai) enviou ao Ministério da Justiça documentos comprovando que áreas ocupadas pela empresa Aracruz Celulose, no município de Aracruz, no Espírito Santo, são território dos povos Tupinikim e Guarani e devem ser demarcadas.

A contar desta data, o ministro da Justiça, Márcio Thomaz Bastos, tem 30 dias (até 12 de outubro), para assinar a portaria declaratória, corrigindo os limites da terra de 7 para 18 mil hectares. Ele também pode retornar o processo para a Funai, pedindo mais informações.

Os povos Tupinikim e Guarani esperam que o ministro cumpra a promessa feita em fevereiro e defina a situação da terra até o fim do ano. Enquanto isso, a Aracruz Celulose realiza uma intensa campanha de difamação contra os dois povos, acusando-os de serem falsos índios e incitando a população local contra os indígenas.

Em uma cartilha distribuída aos funcionários da empresa e em escolas da rede municipal, a Aracruz chama os Tupinikim e os Guarani de “supostos índios” e afirma que eles não são originários do estado, quando, na verdade, em 1610 eles receberam as terras (sesmaria), onde já viviam, da coroa portuguesa. Também foram dadas palestras em defesa da Aracruz Celulose nas escolas, desqualificando os costumes, a pintura, as músicas e as crenças dos dois povos.

Na página da Aracruz na Internet, a empresa diz que os Tupinikim e os Guarani não são indígenas, porque vivem em casa de alvenaria, têm antena parabólica, etc. Sem autorização para uso da imagem, mostra uma foto do cacique Jagareté e afirma que ele é um “suposto índio”, porque sua pintura e cocar são tradicionais de outros povos.

No dia 15 de setembro, a Comissão de Caciques e Lideranças Tupinikim e Guarani,

numa entrevista coletiva, rebateu as acusações da Aracruz Celulose: “A empresa não tem prerrogativa para apontar o dedo e dizer se somos índios ou não; ou se os quilombolas são quilombolas ou não. Ela nos acusa de cometer atos violentos, mas o que é violento? É a Polícia Federal tirar nosso sangue, como fez em 20 de janeiro quando nos expulsou da aldeia que reconstruímos e que a empresa destruiu para plantar eucalipto? Ou é nossa ação de cortar os eucaliptos? Nós estamos agindo porque o governo não se posiciona e não agiliza o andamento do processo de demarcação”, disse o cacique Jagareté, de Caieiras Velha, explicando também a derrubada de eucaliptos que os indígenas fizeram no início de setembro para pressionar a Funai a finalizar o parecer, que foi enviado ao ministro da Justiça com 25 dias de atraso em relação ao prazo legal.

Além disso, uma entidade de empresas capixabas, da qual a Aracruz faz parte, pu-



Fotos: Rede contra o Deserto Verde
Comissão de caciques: “A empresa não pode dizer se somos índios ou não”

blicou várias notas nos jornais de maior circulação no estado, acusando as entidades que apóiam a luta dos Tupinikim e dos Guarani: “Repúdio e indignação seguido de insegurança. Estes são os sentimentos gerados pelos atos criminosos dos índios e não-índios (integrantes do MST, CIMI, Rede Alerta conta o Deserto Verde, entre outras) contra o patrimônio

da empresa Aracruz Celulose e a ordem pública. As ações bárbaras de desrespeito às decisões judiciais e contra o direito da propriedade têm se acumulado de forma impune.” (A Gazeta, 14 de setembro 2006).

Em uma carta com a assinatura de diversas organizações, a Comissão de Caciques repudiou as ações da Aracruz: “A posição da Aracruz Celulose demonstra não só desrespeito com a história, com a memória e a cultura do povo capixaba, mas também que esta empresa não tem escrúpulos quando se trata de garantir seus interesses, às custas da miséria e da destruição dos povos tradicionais e do meio ambiente. Campanhas milionárias financiadas por esta empresa vêm escamoteando os impactos gerados pela monocultura de eucalipto no Brasil e expondo os povos tradicionais desta terra a humilhações inomináveis.”

Denúncias contra racismo

Várias entidades acionaram os Ministérios Públicos Estadual e Federal no Espírito Santo, denunciando as ações da Aracruz como racistas.

O Fórum de Entidades Negras, os índios Tupinikim e Guarani, antropólogos e historiadores denunciaram no MPF/ES o teor da cartilha e a postura da Aracruz. As entidades classificam a cartilha como racista, discriminatória e hedionda. Também cobram providências que censurem esse tipo de ação da empresa, impedindo a difamação da comunidade indígena perante toda a sociedade brasileira. O Procurador André Pimentel Filho está analisando o processo.

O Centro de Promoção e Defesa dos Direitos Humanos (CPDDH) e Conselho Estadual de Direitos Humanos de Aracruz protocolou, no dia 21 de setembro, no MPE/ES uma denúncia contra a Aracruz Celulose e as empresas que assinaram as placas (out-doors), por discriminação racial. Os promotores Clarissa Martins e Francisco Verdeão analisarão a denúncia.

Dois índios continuam detidos

Continuam presos dois dos 17 indígenas presos em agosto por estarem supostamente roubando eucaliptos da área em disputa com a Aracruz Celulose. Eles foram transferidos para o Presídio de Novo Horizonte, na Serra, após uma denúncia de que a comunidade invadiria a delegacia de Aracruz para libertá-los. “Isso é outra mentira. Não somos malucos de invadir uma delegacia”, contestou o cacique de Caieiras Velha, Jagareté.

Os outros 15 índios compareceram no dia 26 de setembro ao Fórum de Aracruz, para serem reconhecidos pela Polícia Militar e por seguranças da segurança privada da multinacional, a Visel.

Os indígenas afirmam que, no dia 9

de agosto, foram atraídos para o viveiro da empresa, onde haveria uma palestra e, ao chegarem lá, foram surpreendidos pela PM e pela Visel com armas em punho, sendo xingados e humilhados.

Segundo o site Sécuro Diário, um pedido de habeas-corpus foi feito em 22 de agosto, e até agora está sendo analisado pelo desembargador José Luiz Barreto, sem resposta; esse tipo de decisão, em julgamento de índios, não costuma demorar, como afirma a Funai. Caso os índios não sejam soltos, o procurador da Funai Luis Antônio Cavallieri cobrará mais uma vez que o processo seja transferido para a esfera federal, como prevê a lei no caso de disputas relacionadas a terras indígenas.

Povos resistentes e grupos nas cidades da Amazônia se organizam

No Pará e em Rondônia, grupos lutam contra o preconceito e por terra, saúde e educação

Priscila D. Carvalho
Volmir Bavaresco

Nós sempre existimos. Sempre chamavam a gente de índio, mas com sentido pejorativo. Se somos índios, por que não assumir? Antes, a gente se calava. Agora, é o inverso: a gente diz que é índio e eles na mesma hora dizem que não”.

“Por sermos povos resistentes, ressurgidos, não temos terra ainda. E o governo usa isso para negar atendimento diferenciado, escolas para as crianças. Diz que não somos índios porque temos cabelo enrolado. Isso é discriminação. Não é a fisionomia que faz alguém ser ou não índio”.

“Às vezes, nossas crianças vão pintadas para a escola. Alguns professores não aceitam. Mandam as crianças embora e elas ficam com falta”.

Histórias como estas, que, aliás, se repetem por todo o país, foram contadas ao Porantim na cidade de Santarém, no Pará, por Gedeão Monteiro, do povo Arapiun, e Odair de Souza Borari, coordenador do Conselho Indígena Tapajós e Arapiuns, o Cita.

Divididos em 43 comunidades, a maioria dos 11 povos que vivem na região dos dois rios Tapajós e Arapiuns por muitos anos teve que esconder suas identidades para fugir do preconceito. Desde 1999, no entanto, cresce o movimento indígena na região. Muitos dos mais velhos ainda falam palavras do Nhengatu, língua geral



Foto: Priscila D. Carvalho

que era falada naquela região, no passado. Pensando no futuro, estes povos buscam demarcação de terras, atendimento qualificado à saúde e escolas diferenciadas, que respeitem e valorizem a origem das crianças.

“Nossa preocupação maior é com a política de demarcação. Há retirada de recursos nas terras não demarcadas. A gente denuncia, mas não tem resposta”, diz Odair. Segundo ele, há 134 famílias Borari que vivem na hoje turística Alter do Chão, perto de Santarém. Algumas das comunidades vivem em reservas ambientais e florestas nacionais e reivindicam que as áreas sejam transformadas em terras indígenas.

Os jovens representantes do Cita sabem que o caminho é duro, pela demora das respostas da Funai, pela resistência de outros grupos ribeirinhos e até pela resistência de parte das comunidades rurais, onde vivem os ressurgidos. São comuns, na região, histórias de que “se for índio, não vai poder ter água, luz, casa”, contam



Foto: Petronilla - Cimi/RO

Um dos objetivos comuns entre os povos de Porto Velho (acima) e os de Santarém (à esquerda) é voltar para a terra tradicional

as lideranças. Mas o Cita vive também de conquistas: a entidade tem mantido contato com o Ministério da Educação e com a Secretaria de Educação de Santarém, e caminham para a criação de escolas indígenas na região.

Rondônia

Também em Porto Velho, os indígenas que vivem na cidade estão se organizando para, juntos, buscarem melhores condições de vida. No dia 9 de setembro, ocorreu o primeiro encontro dos indígenas que vivem na capital de Rondônia, com a presença de 52 pessoas dos povos Karitiana, Arara, Parintintin, Kaxinawa, Puruborá, Kassupá, Massacá, Mequém, Salamã, Kampé e Tupinambá.

No encontro, grande parte dos participantes explicou que saíram da aldeia, principalmente, porque fazendeiros e mineradoras os expulsaram de suas terras e assim foram obrigados a migrar. Hoje, eles conservam a esperança de retornarem

a sua terra tradicional e poderem viver todos os aspectos de sua cultura. Há ainda outros motivos que levaram os indígenas a viver na cidade, como casar com não-indígenas, estudar, buscar trabalho, trabalhar no movimento indígena. Hoje, há uma geração de indígenas que já nasceram em Porto Velho.

Os participantes também falaram sobre as dificuldades que enfrentam no mundo urbano, sendo as principais: problemas no atendimento à saúde e educação, discriminação, falta de emprego, problemas com moradia e abandono por parte da Funai e Funasa. Nesse sentido, uma das principais discussões foi sobre o cadastramento na Funasa para ter acesso ao atendimento de saúde e sobre a carteira de identidade indígena, que deve ser fornecida pela Funai, tarefa que até o encontro não estava sendo desempenhada. Ao final do evento, foi marcado um encontro com a Funasa para iniciar o cadastramento e conversar sobre o assunto.

Aurélio Tenharim, presidente do Conselho Distrital de Saúde Indígena, presente no encontro, incentivou os participantes a se organizarem para que tenham um representante no Conselho Distrital que busque melhorar o atendimento aos indígenas que vivem na cidade.

O encontro foi coordenado pela equipe do Cimi em Rondônia. ■

Assembléia Constituinte originária aprovada na Bolívia

Oposição ainda questiona decisão. Constituinte segue conflituosa, mas governo atinge 2/3 nas votações

Assembléia Constituinte instaurada em 6 de agosto na Bolívia com forte participação indígena e camponesa passou por momentos difíceis no último mês. Houve protestos nas ruas e até agressões entre deputados em plenária. A definição sobre a abrangência dos poderes da Assembléia só ocorreu em 29 de setembro, por maioria simples (50% mais um). A oposição, encabeçada pelo partido Podemos, segue questionando a

decisão que deu à Assembléia amplos poderes para reordenar o Estado boliviano, no que é apoiada pela Suprema Corte do país (o STF boliviano). Sinais de que as mudanças buscadas por Morales e pelos movimentos que o apóiam não serão fáceis.

Na primeira semana de outubro, no entanto, o MAS conseguiu destravar parte do processo, porque obteve apoio de um partido chamado União Nacional (UN). Com isso, passou a conseguir 2/3 nas vo-

tações e aprovou pelo menos dois artigos do regulamento da Constituição. Se a aliança se consolidar, o impasse entre MAS e oposição, que defende dois terços de votos para a provar qualquer artigo, pode perder força. Além dos interesses políticos, o impasse também é causado por um texto pouco claro da Convocatória da Constituinte.

Tema central da disputa agora será a composição das 19 comissões que vão

tratar de cada um dos temas constitucionais, entre eles o de terras indígenas.

Conflitos - Em quatro dos nove estados do país, grupos ameaçam não reconhecer a Constituição. Do outro lado, grupos indígenas acusam prefeitos de cidades onde há maior oposição ao governo central de incentivar protestos comprando paus e madeiras para os manifestantes.



Primeira Assembléia dos Kaxixó resgata história da luta do povo

Fazendeiros pedem na Justiça que o povo não seja reconhecido como indígena

Entre os dias 1º e 3 de setembro, ocorreu a primeira Assembléia do povo Kaxixó, no Capão do Zezinho, município de Ibitira (MG). Este povo está em um momento muito importante para a reafirmação de sua identidade e regularização das terras.

Estiveram presentes cerca de 60 pessoas vindas da área Kaxixó (Capão do Zezinho e Fundinho) e de cidades vizinhas (Martinho Campos, Pompéu e Ibitira), além de membros do Cimi, do Cedefes e do Conselho dos Povos Indígenas de Minas Gerais. Representantes dos povos Maxakali, Pataxó e Krenak também participaram, relatando a situação de seus grupos e reforçando a necessidade de união entre os povos indígenas.

Em relação ao processo de demarcação da terra, a antropóloga Vanessa Cal-

deira explicou que ainda está na fase de identificação do território. Ela informou que os trabalhos do grupo de trabalho (GT) do qual é coordenadora estão paralisados, pois aguardam um parecer da Funai sobre o relatório entregue em março de 2005.

Os participantes destacaram a necessidade de pressionar a Funai para que os trabalhos do GT sejam finalizados. Nesse sentido, a comunidade Kaxixó já enviou carta ao Ministério Público Federal solicitando intervenção junto à Funai.

Vanessa também apresentou aos participantes suas conclusões sobre os limites para a terra Kaxixó. Com base em referências históricas e ambientais, a proposta é que ela tenha aproximadamente 8 mil hectares.

Uma questão presente na Assembléia foi a situação dos indígenas que vivem fora da terra Kaxixó, e como será sua volta à terra quando ela estiver demarcada. Outra preocupação entre as pessoas que moram nas cidades é o cadastro na Funasa, que só tem atendido os Kaxixó que moram na área rural.

Ao final do encontro foram produzidas duas cartas; uma, reivindicando o atendimento pela Funasa aos indígenas de Martinho Campos e outra, cobrando da Funai o parecer técnico do relatório preliminar produzido pela antropóloga Vanessa Caldeira para dar continuidade à demarcação da terra Kaxixó. Também foi destacada a importância de se fortalecer a luta com mais união e a necessidade dos Kaxixó participarem com mais ênfase do movimento indígena de Minas Gerais e do Brasil.

Lideranças Terena pressionam por reconhecimento de sua terra

Equipe Dourados
Cimi - MS

Uma comissão formada por 10 representantes do povo Terena do acampamento Mãe Terra esteve em Brasília, nos dias 14 e 15 de setembro, para pedir agilidade no processo de regularização de suas terras. Em fevereiro do ano passado, eles retomaram parte de sua terra tradicional, localizada no município em Miranda, Mato Grosso do Sul.

Mesmo fora do prazo de contestação, o fazendeiro invasor, Roberto Oliveira Dittmar, que ocupa 36.288 hectares da terra Terena, conseguiu um mandado de segurança contestando o estudo antropológico de demarcação da área. O fazendeiro deu entrada no recurso em dezembro de 2005 e desde então o processo está parado.

Em Brasília, a comissão teve uma audiência extraordinária com o desembargador e relator do processo, Daniel Paes Ribeiro, do Tribunal Regional Federal da 1ª Região. Em sua fala, o cacique Ramão Vieira de Souza fez um breve relato da ocupação dos Terena naquela região e pediu rapidez no parecer. "Desde o tempo da chegada dos portugueses, nosso povo estava nessa região, agora dependemos de uma posição dos senhores para que tenhamos definitivamente a terra que por direito sempre foi nossa", lembrou Ramão ao desembargador.

O cacique Zacarias Rodrigues ressaltou a importância da decisão da justiça para o futuro da comunidade. "Hoje plantamos e colhemos em uma terra que foi abandonada pelo fazendeiro. Dessa plantação depende nossas crianças, velhos e mulheres. Por isso viemos a Brasília para garantir o futuro de nossa gente".

O acampamento Mãe Terra, levantado após a retomada feita em fevereiro de 2005, conta com aproximadamente 250 famílias, que vivem com muita dificuldade entre as 5.500 pessoas que continuam morando na terra indígena Cachoeirinha de apenas 2.600 hectares.

Assembléia fortaleceu união do povo na luta pela terra. Processo de demarcação está parado desde 2005

Fotos: Cimi/Leite



HISTÓRICO

A luta pela regularização da terra Kaxixó começou em 1986, na área denominada Fundinho, a partir das histórias dos mais velhos, como Dona Sérgia, que resgataram a lembrança de que os parentes antigos eram Kaxixó. Em meados de 1986, a tensão entre os moradores e os fazendeiros vizinhos se acirrou, gerando violência.

O primeiro apoiador do povo Kaxixó, Ivo, do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Martinho Campos, foi assassinado por jagunços que teriam sido contratados por fazendeiros locais.

Quando a Funai tomou conhecimento do povo Kaxixó, solicitou um laudo antropológico, que foi elaborado pela antropóloga Maria Hilda entre os anos de 1994 e 1995. O laudo concluiu que o povo Kaxixó não era indígena. Segundo os moradores,

as pessoas ficaram receosas e negaram a memória e a identidade Kaxixó.

Depois disso, os índios se mobilizaram e o Cedefes (Centro de Documentação Eloy Ferreira da Silva), junto com a Anaí (Ação Nacional Indigenista), formaram uma equipe que realizou diversos trabalhos de campo, produzindo um novo laudo em 1999, com o título "Kaxixó: Quem é este povo?". Ainda naquele ano, o MPF tomou conhecimento da causa Kaxixó e pressionou a Funai, que reconheceu o povo em 2001.

Processo

Atualmente, corre na Justiça Federal de Minas Gerais um processo que pede a anulação de um ato administrativo da Funai que teria dado reconhecimento étnico aos Kaxixó. A ação, iniciada em 2002, é movida

pela Associação dos proprietários rurais do Rio Pará e por fazendeiros da região de Pompeu. Em 2003, a Funai contestou a ação, dizendo que o ato nunca existiu.

Em abril de 2004, os fazendeiros recorreram e também pediram a invalidação dos trabalhos do GT de identificação da terra, formado em 2003. Em junho de 2005, o juiz federal Jacques Ferreira julgou o pedido dos agropecuaristas improcedente.

Desde a criação da convenção 169 da OIT, assinada pelo Brasil em 2004, a idéia de reconhecimento externo de um povo já não faz sentido, porque o critério fundamental para a definição do pertencimento das pessoas a um ou a outro grupo não é o desejo dos governos ou as fórmulas dos cientistas, mas a consciência de cada grupo ou indivíduo sobre sua identidade. ■

Assembléia dos Wayoro cobra ações na saúde e demarcação de terras

Pastagens e estrada estão destruindo terra Wayoro, que está ocupada pelo Grupo Cassol, do governador de Rondônia

Volmir Bavaresco
Cimi -RO

Entre 30 de agosto e 1º de setembro de 2006, ocorreu a III Assembléia Indígena do Povo Wayoro, com a participação dos povos Arikapu e Sakirabiat, no distrito de Porto Rolim de Moura do Guaporé, em Alta Floresta D'Oeste, Rondônia. Também estiveram presentes representantes do Ministério Público de Porto Velho, da Funai, do Cimi e do Comin (Conselho de Missão entre os Índios).

No início da Assembléia, seu Casemiro Wayoro falou sobre a história recente do povo. Eles foram expulsos de suas terras em 1982 e 1983, sofrendo ameaças de morte. A terra era ocupada pela fazenda Fortuna, que pertencia a Renato Ferraz Camargo – um dos proprietários da Empreiteira Camargo Correia - e Rubem Hessel.

Na terra, há um trecho de mato conhecido como Serrito. Estes invasores não permitiam que os gerentes desmatassem esta área, pois reconheciam que o Serrito é terra indígena. Um dos gerentes da fazenda,

Garão Maia, confirmou isto ao Procurador da República, Francisco Marinho, na primeira assembléia Wayoro, em 2003. Também naquela ocasião, o Procurador disse que providenciaria uma visita ao território tradicional Wayoro, junto com a Funai, o Incri, o Ibama e a Polícia Federal, o que não aconteceu até hoje.

Segundo Casemiro, no final de 2004 esta terra foi vendida ao Grupo Cassol, do qual faz parte o atual governador de Rondônia. Toda a área foi cercada, inclusive o Serrito. O Grupo também teria anexado à terra que comprou outras áreas dos Wayoro. Há denúncias de que estão usando máquinas do estado para construir uma estrada até o município de Porto Rolim. Além disso, ao fazer o pasto, ele está destruindo os vestígios de presença dos Wayoro no território, como as urnas e potes no cemitério.

Em 2005, a partir das reivindicações do povo Wayoro dirigidas à Funai e ao Ministério Público Federal, a Procuradoria da República de Rondônia formou uma comissão interinstitucional, que visitou o território indicado pelos Wayoro, como sendo seu território tradicional. O trabalho foi

Foto: Petronilla - Cimi/RO



País Afora

realizado pela Funai, Ibama, Incri, Polícia Federal, Procuradoria da República e lideranças indígenas. Deste trabalho resultou a elaboração de um mapa da terra reivindicada pelos Wayoro.

Em relação a este processo, a Assembléia solicitou, via ofício, ao Procurador da República em Porto Velho, Reginaldo Pereira Trindade, que ele cobre a criação do grupo de trabalho da Funai para estudo da identificação de regularização da terra indígena Wayoro, uma vez que o estudo preliminar já foi realizado.

Saúde

Na Assembléia, também se discutiu a ausência de atendimento médico. Uma das principais questões é a ausência de tratamento, por conta da falta de carteira de identificação indígena. Para tentar resolver

esta questão, a assembléia enviou um ofício ao administrador da Funai de Porto Velho, Rômulo Siqueira de Sá, solicitando o envio urgente de uma equipe de trabalho para fazer a carteira de identidade indígena dos povos Wayoro e Sakyrabiat, moradores em Porto Rolim de Moura Guaporé.

Também solicitaram ao coordenador da Funasa em Rondônia, Josafá Piauí Marreiro, que o atendimento de saúde aos povos que vivem no município comece imediatamente, antes mesmo das carteiras ficarem prontas.

No fim do evento, foi reafirmada a importância dos Wayoro continuarem se organizando para defender seus direitos. E também foi destacado que as organizações de apoio têm o papel de ajudar na mediação para que os Wayoro sejam ouvidos. ■

Assembléia solicitou que Funasa atenda indígenas que ainda não têm cadastro

Povo Guarani do Mato Preto luta pela reconquista da terra tradicional

Acampadas na beira da estrada RS-135 desde 2003, 20 famílias Guarani vivem expostas aos rigores do tempo no Rio Grande do Sul. Precária é a palavra para definir a situação desta comunidade: suas casas, o atendimento à saúde e a educação das crianças. Mesmo assim, persistentes como são, eles seguem lutando pela demarcação de sua terra, em fase de identificação. Segundo a assessoria de imprensa da Fundação Nacional do Índio (Funai), o órgão está debatendo o estudo da identificação da terra entregue em julho deste ano.

Em 15 de setembro, a Funai publicou portaria criando um Grupo Técnico que tem o prazo de 45 dias (até 30 de outubro) para apresentar o levantamento fundiário da área. Este levantamento, que identifica ocupantes não índios, o tamanho da área que ocupam e o tipo da propriedade, é uma das informações necessárias para a identificação de uma terra indígena.

Mato Preto (Tekoa Ka'aty) localiza-se no noroeste catarinense, no município de Ge-

Foto: Jason L. Santana / Cimi Sul



A beira da estrada, povo precisa enfrentar oposição de prefeituras e agricultores

túlio Vargas. A região tem apenas uma terra Guarani demarcada, a Votouro, com 3,3 mil hectares, compartilhada com o povo Kaingang. Nesta região, a maioria das famílias Guarani está há várias gerações em terras dos Kaingang, apesar de dados históri-

cos e arqueológicos comprovarem que ali também há territórios Guarani. Na década de 1950, após serem expulsos das terras onde viviam, os Guarani do Mato Preto foram viver na terra Kaingang chamada Caci-que Doble, no município do mesmo nome.

Em 2002, após muita pressão, a Funai realizou um levantamento prévio sobre Mato Preto e decidiu criar o Grupo Técnico (GT) para identificação e delimitação da terra. A partir disso, os Guarani mobilizaram-se e ocuparam suas terras em setembro de 2003, exigindo providências da Funai. Segundo informações da equipe do Cimi que atua com este povo, o GT só foi criado em abril de 2004 e o relatório com as conclusões foi entregue pela antropóloga Flávia de Melo em outubro de 2005, indicando a identificação de aproximadamente 4000 hectares. No início de 2006, a Funai solicitou complementações ao relatório. O estudo foi devolvido à Funai em julho e agora passa por nova revisão.

Algumas prefeituras da região e federações de agricultores, como a Farsul, encabeçam a oposição ao reconhecimento da terra Guarani. Em 2005, criaram a "Comissão para Assuntos Indígenas e Quilombolas", com o objetivo de contestar a demarcação da terra Mato Preto, segundo informações da equipe do Cimi na região.

As raízes indígenas da religiosidade popular

Alguns elementos de origem tupi, como o culto às almas, estão presentes nas práticas religiosas no Brasil

Benedito Prezia

Entre as várias práticas religiosas herdadas dos povos tupis, destaca-se o culto às almas. As almas podem ajudar os vivos em várias circunstâncias, quando se seguem alguns ritos. Por exemplo, para se encontrar objetos perdidos, deve-se acender uma vela sobre o fogo; para livrar alguém de um feitiço, é bom acender uma vela numa encruzilhada; para se ter um bom negócio, é dar um nó num pedaço de pano, deixando-o assim até que ele se realize.

Como na cultura tupi, muitas pessoas acreditam que a alma penada fica vagando, e se localiza em alguns pontos, como mourões de porteiras. Por isso não se deve bater a porteira e nem urinar no mourão. Elas habitam também os pés dos cruzeiros, as portas das igrejas e da cozinha, os cupinzeiros e os buracos de tatu.

As almas dos mortos, em geral, comunicam-se através do sonho ou de sinais, avisando sobre maus negócios, azar na vida ou doenças. A segunda-feira é seu dia de culto.

Na religiosidade popular encontramos outras crenças ligadas às tradições indígenas, como o mau-olhado e os animais agourentos. Certos pássaros, como o uirapuru e o matim-pererê (matintaperera), considerados de mau agouro na região Norte, são a encarnação de almas penadas ou da alma de um pajé, e seu canto pode anunciar a morte de alguém. No Sul e Sudeste, o Matinta-perera se transformou no Saci-Pererê, que é um menino negro, com uma só perna, que faz travessuras.

A cultura caipira, assim como a tradição tupi, está povoada de espíritos, na sua maioria maléficis. Há o Curupira, uma entidade corpulenta, peluda, com testa curta e nariz achatado, que geralmente aparece montado num porco-do-mato. Outras vezes, assume



Fotos: Humberto Pradere e Egon Heck



As benzedeiras, de certa forma, substituem os pajés. Os dois se relacionam com as almas e espíritos, que estão em vários lugares



a forma de um menino com pés para trás e que solta estridentes assobios nas noites escuras. Persegue as pessoas que vão caçar na sexta-feira ou que caçam por prazer, não respeitando as fêmeas com filhotes.

Sua missão é proteger os animais e por isso se diz que o caçador só consegue ter uma caça se ele permitir. Para isso, deve deixar um pouco de fumo como oferenda antes de iniciar qualquer caçada. Na região amazônica, antes de entrar na mata, alguns caçadores benzem-se com uma cruz de cera benta para espantar a "assombração do bicho". E se um caçador matar muitos animais da mesma espécie, poderá ser vítima desse espírito, que poderá roubar-lhe a "sombra" (uma das almas na cultura tupi) e ficar doente.

A Mãe-d'água ou Yara (Uiara= a senhora do rio) é uma entidade que vive nos rios e lagoas, e leva para o fundo as pessoas que se deixam cativar por ela. Costuma aparecer no final da tarde e por isso não se deve banhar ao escurecer. Por ser sua morada, os rios precisam ser preservados e respeitados, não se devendo urinar neles. Talvez o medo desse espírito explique a tendência das pessoas de se benzerem antes de entrar na água.

O Anhangá é uma entidade maléfica que precisa ser apaziguada. Muitas vezes tem um comportamento malandro e até ingênuo, parecendo com o saci. Na época colonial, os missionários identificaram-no com o demônio.

Há também muitas práticas terapêuticas populares, que são mistura de crenças cris-

tãs européias, africanas e indígenas. Destacamos aqui algumas delas: para se estancar o sangue pelo nariz, colocar na cabeça uma cruz feita de palha de milho; para curar o cobreiro, traçar à sua volta quatro cruzes de tinta azul, por três dias seguidos; em ataque de lombriça, usar um colar de alho ou a semente olho de cabra; tomar também, durante três meses, na lua minguante, leite quente com alho e sal.

Encontra-se ainda no mundo rural e no interior a figura do rezador e, sobretudo, da benzedeira, que substitui de certa forma o pajé indígena ou a mulher pajé. Muitos tratamentos populares, à base de infusões de ervas, têm-se revelado bastante eficazes, principalmente, quando associado às rezas.

Assine o **PORANTIM**
Em defesa da causa indígena

Para fazer a sua assinatura, envie vale postal ou cheque nominal em favor de Cimi/Porantim: (somente por meio de carta registrada)

Caixa Postal 03679 - CEP: 70.084-970 - Brasília-DF

Inclua seus dados: Nome, endereço completo, telefone, fax e e-mail.

Se preferir faça depósito bancário: Banco Real Ag: 0437 C/C: 7011128-1 - Cimi-Porantim.

Envie cópia do depósito bancário para o fax (61) 2106-1651, especificando a finalidade do mesmo.

PREÇOS

Ass. anual: R\$ 40,00

*Ass. de apoio: R\$ 60,00

América Latina: US\$ 25,00

Outros países: US\$ 40,00

* Com a assinatura de apoio você contribui para o envio do jornal a diversas comunidades indígenas do País.

Faça sua assinatura pela internet: adm.porantim@cimi.org.br

O TUPI PAULISTA (3)

Seguindo a seqüência de nossos artigos anteriores, vamos continuar analisando o tupi paulista, que deixou muitos traços no linguajar regional. Outra marca dessa presença do tupi em São Paulo e região é o grande número de topônimos (nomes de cidades, rios, morros...) muitos dos quais de difícil tradução, pois deviam fazer parte dessa língua mestiça ou que foram simplesmente alterados com o uso popular. Mesmo no português vemos alterações significativas, como é o caso de Santarém, que é deformação de Santa Irene.

Encontramos essas deformações também em palavras que entraram para o vocabulário popular de forma alterada. No interior ouvi, quando criança, uma cantiga de roda com um tupinismo: *Fui no tororó, beber água e não achei... Tororó* é uma deformação paulista de *yororoma*, isto é, bica d'água. Este é um outro traço do tupi paulista, que semelhantemente ao tupinikim e guarani, não pronunciava a última sílaba. Temos também topônimos que revelam essa tendência, como o bairro paulistano *Jaguaré* (ao invés de *jaguareté*= onça) e *Jaraguá* (ao invés de *Jaraquara*= o esconderijo ou morada de Yara).

Outra tendência tupi que se conservou no linguajar popular é a duplicação de sons, para significar abundância ou intensidade, como *nhen-nhen-nhen*, que é a reprodução exata tupi que significa conversa fiada (*nheenga*=falar) ou *lengalenga*, que provém do mesmo vocábulo tupi e não do africano, como muitos imaginam. A expressão *blá-blá-blá* é simplesmente a tradução portuguesa da expressão anterior, numa espécie de tupinismo, assim como *tereteté* (conversa fiada), que é uma expressão originada seguramente do verbo guarani *otererê*, que significa crepitar. O mesmo significado encontramos em *tititi* (fofoca), que pode ser originado do verbo guarani *otiti*, que é a ação de se ajuntar, podendo significar também o barulho de insetos que se aglomeram, pois a fofoca é essa conversa que se faz baixinho, ao pé do ouvido.

No linguajar popular paulista ainda encontramos muitos tupinismos como *tantã* (de *atã*= duro; pessoa retardada), *sarará* (=cupim alado; negro albino), *pindaíba* (palmeira fina e retilínea; situação financeira difícil), *pixaim* (de *apixaim*= crespo, enrugado; cabelo de negro), *sororoca* (ruído que faz o rio, quando rompe um terreno; barulho do agonizante), *sururu* (mistura; confusão), *suruba* (de *sura* (?)= altibaixo; sexo grupal), *maloca* (de *oka*= casa + *má* (port. ?)= casa ruim, pobre), *xará* (pessoa com o mesmo nome), *muquirana* (de *mokyrana*= variedade de piolho), além de vários nomes da culinária como *canjica* (do guar. *kangy*= mole + *kaa*= planta; milho cozido), *curau* (do guar. *kure*= ralado + *há'u*= comer; comida ralada), *pamonha* (*pomonga*= pegajoso), mingau (do tupi, papa), *pirão* (*pira*= peixe; prato feito de peixe)

Também herdamos do tupi a tendência de criar verbos a partir de um substantivo: *pitar* (de *petum*= fumo), *empetecar* (de *petek*= bater com a palma da mão, provável referência às mulheres que passavam pó-de-arroz com a palma da mão); *entocar* (de *toca*, que provém de *oka*, casa), *toçaiar* (*tocaia*, esconderijo, que deve derivar de *oka*), *embiocar* (entrar no buraco), *cutucar* (de *kutuka*= enfiar, espetar), *espiar* (*epiaka*= ver), *capinar* (de *kapim*= mato pequeno, grama), *catingar* (de *katinga*= mau cheiro).

BIBLIOGRAFIA

BARBOSA, Pe. A. Lemos. *Pequeno vocabulário tupi-português*. Rio de Janeiro: Livr. São José, 1955.

GUASCH, Antonio. *Diccionario castellano-guarani y guarani-castellano*. 4ª. Ed., Sevilla, 1961.

Apoio

Jovens de Belo Horizonte se organizam para apoiar a causa indígena

*Trabalho incentivado
criação de grupo de
jovens Pataxó e motiva
encontro entre jovens
indígenas e apoiadores*

Liliane Luchin

Jornalista da Campanha Cimi

Em Belo Horizonte, cerca de 250 pessoas, em sua maioria jovens, fazem parte de grupos de apoio à causa Indígena.

Os grupos são formados por alunos e professores de universidades, colégios católicos e públicos; agentes de pastorais e pessoas que acreditam ser possível construir um mundo plural, com a superação das injustiças sociais presentes em nossa sociedade.

Há dois anos o Cimi vem intensificando este trabalho junto à sociedade mineira, através da *Campanha de Apoio à Ação Missionária do Cimi*. O Projeto visa a construção de redes de solidariedade com a causa indígena, em diferentes setores da sociedade, a partir da formação sobre a temática e a vivência junto aos povos. Todo este processo conta com a participação de jovens indígenas e assessoria do Cimi.

Estes jovens se propõem a conhecer mais e a partir daí tornam-se apoiadores e propagadores da vida e da luta dos povos indígenas de Minas e do Brasil. A maioria deles tem idade entre 15 e 23 anos, e passam por um processo de formação que se desdobra com um período de vivência em área indígena, e que tem continuidade na

Foto: Grupo Tozé/BH



parceria junto a estes povos na luta e na defesa de seus direitos. "Movidos pelo coração, fomos aprofundando nessa vontade e nesse desejo de conhecermos como eles, os índios, realmente são. Gostaria que muitas pessoas tivessem a oportunidade que tivemos e assim pudessem transformar-se também", explica Letícia Botinha, que participa de um grupo em BH.

Os grupos existentes colaboram com a promoção de atividades em área indígena, promovendo debates, troca de experiências sobre diversos assuntos, levando o teatro e o cinema, e realizam discussões para se aprofundar em temas como espiritualidade e direitos indígenas.

Os Frutos

Motivados pela presença destes jovens na comunidade, os Pataxó se organizaram e criaram o grupo Tapurumã (Jovem Guerreiro),

com o objetivo de articular a juventude Pataxó para ser a representante do povo em atividades fora da comunidade. "Estamos ainda começando, mas já nos reunimos para formação e discussão sobre vários temas. Queremos nossos jovens atuantes", diz Mezaque, cacique Pataxó, da aldeia sede.

Outro fruto será a realização, nos dias 12 a 15 de outubro, do 1º Encontro de Jovens Indígenas e Jovens Solidários com a Causa. O encontro será um espaço de formação e intercâmbio entre estes jovens.

Com o lema "As Diferenças Fazem a Diferença", o encontro reunirá, na aldeia Pataxó, em Minas Gerais, cerca de 400 pessoas, entre elas representantes de 14 povos de Minas, Bahia e Espírito Santo, jovens dos grupos de apoio, convidados da Pastoral da Juventude, das Comunidades Eclesiais de Base (CEB), da Via Campesina e professores. ■

Vivência nas aldeias ajuda na formação dos jovens mineiros, que depois promovem debates sobre a questão indígena

Homenagem

Tristeza pelo falecimento de Dom José Mauro Pereira, da CPT, e da Dra. Armanda Soares Figueiredo, do MPF

Em 14 de setembro, três dias antes do falecimento de Dom Franco, recebemos com grande dor a notícia do acidente fatal de Dom José Mauro Pereira, bispo de Guaxupé, em Minas Gerais.

Nós do Cimi éramos irmanados com Dom José, sobretudo na luta pela terra que ele, como vice-presidente da CPT, assumiu com espírito profético.

Também lamentamos profundamente o falecimento da Subprocuradora Geral da República, Dra. Armanda Soares Figueiredo, ocorrido em 4 de outubro. Sua dedicação nas atividades da 6ª Câmara ensejam o reconhecimento e a gratidão dos povos indígenas e das entidades indigenistas. Com sua morte os povos indígenas do Brasil perdem mais uma defensora de suas causas.

Unidos no luto e na luta, no mistério e na amizade!

O FURACÃO GUAIKURU

Este mundo todo foi nosso: Terena, Xamakoko, brasileiro, paraguaio, todos foram nossos cativos. Hoje estamos assim, derrubados... Este depoimento a Darcy Ribeiro, de um líder Kadiwéu, descendente dos antigos Guaikuru, na década de 1950, mostra um pouco desse passado guerreiro, que já não existe mais.

Os Guaikuru foram os famosos *índios cavaleiros* que enfrentaram espanhóis e portugueses na defesa do Chaco, semeando medo e admiração. Até hoje no Paraguai, as terríveis formigas negras que invadem as casas, ocupando tudo, são chamadas de *guaicurus*.

Organizados em classes sociais – nobres, guerreiros e servos –, este povo defendeu bravamente seu território usando uma lança de quatro metros e, sobretudo, o cavalo que foi uma das mais terríveis armas em suas mãos.

Surgiram devastadores no momento em que foi descoberto o ouro em Cuiabá. Em 1725 desfecham um primeiro grande ataque à expedição de Diogo de Souza, que partindo de São Paulo, pelo rio Tietê, alcançava as minas, através dos campos de Camapuã. Era o início das monções, que transformaram o rio Tietê numa importante via de comunicação com o Centro-Oeste. Às margens do rio Cuiabá, os paulistas foram surpreendidos pelos Guaikuru. No violento combate, morreram cerca de 600 pessoas, restando apenas dois sobreviventes.

Nos anos seguintes, outros ataques ocorreram, como o que atingiu a expedição do intendente do ouro, Dr. Antônio Lanhas Peixoto, em junho de 1730. Retornando de Cuiabá para São Paulo, com 900 quilos de ouro, num comboio de 83 canoas e mais de 600 pessoas, entre portugueses e 300 escravos indígenas, na altura de rio Negrinho, onde haviam pernoitado, a expedição foi surpreendida por uma grande cortina de fumaça. Eis que surgiram, entre gritos e flechas, os temidos guerreiros Guaikuru. Cercados, os forasteiros não tiveram como escapar. Mais de 350 pessoas foram mortas, salvando-se os escravos indígenas que passaram a ter novos donos e a única mulher não-índia, D. Quitéria Banhos, que foi trocada por objetos de estanho no Paraguai, assim como os 900 quilos de ouro.

Um outro episódio famoso aconteceu em janeiro de 1778, no forte Coimbra, à beira do rio Paraguai, por ocasião da demarcação dos limites entre o Brasil e Espanha, e que foi recentemente lembrado no filme *Brava Gente Brasileira*. Revoltados pelos abusos cometidos por militares contra suas mulheres, lideranças Guaikuru prepararam um assalto diferente. Depois de trocarem mercadorias, deixaram as mulheres para que, num suposto acordo de paz, pudessem estar com aqueles solitários soldados. Enquanto os espanhóis se entregavam às belas indígenas, os Guaikuru invadiram o forte, matando a todos. Por 10 anos o local ficou abandonado e, ao invés de Forte Coimbra, tornou-se *Forte Fantasma*.

Benedito Prezia



APOIADORES

HORIZONT 3000

Dika Austria

UNIÃO EUROPEIA

FORANIM